

NOS SUBMUNDOS DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA: o processo de fragmentação do convívio e desterritorialização simbólica de uma aldeia de pescadores

THE UNDERWORLDS OF ECONOMIC GLOBALIZATION: the process of fragmentation of community life and symbolic deterritorialization of a fishing village

EN LOS SUBMUNOS DE LA GLOBALIZACIÓN ECONÓMICA: el proceso de fragmentación de la convivencia y desterritorialización simbólica de una aldea de pescadores

Cezar Augusto Rufino de Santa Ana

Doutorando e Mestre em Ciências Ambientais e Conservação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Técnico em Assuntos Educacionais – NUPEM/UFRJ-Macaé.
cezarnupemufrij@gmail.com

Recebido para avaliação em 09/11/2018; Aceito para publicação em 10/03/2019.

RESUMO

O presente estudo apresenta conclusões obtidas no processo de investigação e análise da dissertação de mestrado intitulada “O lugar com aquarela de natureza e cultura”, na qual investigamos a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, RJ. A partir das investigações feitas no “jogo” entre alterações x persistências, rodeado pelo grande crescimento populacional e recente ocupação urbana da cidade de Rio das Ostras, serão apontadas marcas de desterritorialização, associadas às experiências, valores e atitudes dos pescadores, decorrentes dessa urbanização. Apontaremos ainda, as rupturas e as similitudes desse processo que nos permitem enxergar o lugar dos pescadores como um microcosmo do processo de globalização econômica, a partir de eventos de um novo cenário de relações sobre a história em movimento do grupo social em tela.

Palavras-chave: Desterritorialização Simbólica; Globalização Econômica; Topoafetividade.

ABSTRACT

The study presents conclusions reached in the research and analysis process of the master's dissertation entitled “The place as a watercolor of nature and culture”, in which we researched affectivity in the fishermen of Boca da Barra, Rio das Ostras, RJ. Based on the research into the “play” between changes x continuity amidst significant population growth and recent urban settlement of the city of Rio das Ostras, we will review the impact of deterritorialization on the experiences, values and attitudes of the fishermen arising from urbanization. We will also examine the ruptures and similarities in this process, which allow us to see the fishermen's home as a microcosm of the economic globalization process in which a new pattern of relationships unfolds in the on-going history of a social group.

Keywords: Symbolic Deterritorialization; Economic Globalization; Affectivity.

RESUMEN

El presente estudio presenta conclusiones obtenidas en el proceso de investigación y análisis de la disertación de máster titulada “El lugar como acuarela de naturaleza y cultura”, en la que

investigamos la topoafectividad de los pescadores de Boca da Barra, en Rio das Ostras, Rio de Janeiro. A partir de las investigaciones realizadas en el "juego" entre alteraciones x persistencias, rodeado por el gran crecimiento poblacional y reciente ocupación urbana de la ciudad de Rio das Ostras, se registrarán marcas de desterritorialización, asociadas a las experiencias, valores y actitudes de los pescadores, a consecuencia de esa urbanización. Registraremos también, las rupturas y las similitudes de ese proceso que nos permiten ver el lugar de los pescadores como un microcosmos del proceso de globalización económica, a partir de eventos de un nuevo escenario de relaciones sobre la historia en movimiento del grupo social en cuestión.

Palabras clave: Desterritorialización Simbólica; Globalización Económica; Topoafectividad.

INTRODUÇÃO

No estudo intitulado “O lugar com aquarela de natureza e cultura”, dentre outras indagações, procuramos compreender as alterações e persistências nas formas sociais do grupo de pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, no Norte Fluminense do Rio de Janeiro. Dessa indagação, objetivamos verificar e analisar a existência de correlações entre os processos internos do lugar, em suas imbricações, sobretudo, decorrentes do grande e recente fluxo de aumento populacional na cidade, com os aspectos associados, de modo geral, à globalização econômica. Nesse sentido, a discussão a ser apresentada neste trabalho trará à tona de que maneira em uma aldeia de pescadores pode ser observada o que chamamos de forma microcós mica de uma globalização econômica, geradora de processos de interdependência, gentrificação, rede urbana, glocalização e globalização, compreendidos como agentes de uma fragmentação que impulsiona o processo de desterritorialização simbólica.

A partir da compreensão desses processos em um lugar, acreditamos estar estabelecendo bases para compreendê-los em maior escala. É importante frisar que “lugar” é aqui compreendido como um constructo da experiência humana, um espaço vivido e experienciado. É sob esta ótica que entendemos a relevância de nosso trabalho, uma vez que os processos em maior abrangência são resultados de malhas entrecruzadas envolvendo os lugares, ou como queiram, comunidades locais, espaços locais e outras denominações. Por conseguinte, salientamos a importância de trazer ao debate os processos de interdependência, a partir de uma ideia microfísica das conexões que os constroem, e a importância de compreender as imbricações da teia de significados nos novos cenários.

Ao refletir sobre as estratégias que poderiam nos levar às informações que subsidiassem a interpretação das questões investigadas, entendemos como indispensável a realização de uma pesquisa de campo. Nosso olhar enquanto pesquisador partiu da história pessoal de atores sociais para interpretar aspectos da organização social e da cultura do

grupo estudado. Não buscamos, portanto, explicar, por exemplo, um comportamento específico ou variável dentro do grupo social, mas compreender mecanismos da vida social dos pescadores. Nossa abordagem foi qualitativa e buscou significados com o objetivo de compreender o quadro referencial no qual as pessoas constroem e mantêm seus sentimentos, suas ações e pensamentos. Para levantamento das informações realizamos entrevistas semiestruturadas, além de observação participante. Como técnica de análise, optamos pela análise de conteúdo, por entender que ela é capaz de transcender a profundidade subjetiva que envolve nosso trabalho à objetividade requerida nas inferências de um trabalho científico.

MARCOS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Considerando que espaço e lugar são categorias diferentes, mas complementares, Tuan (1980) aponta que não se pode compreender uma categoria sem a outra. Para ele, o que começa como um espaço diferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983). Assim é que a definição de lugar, incluída como aporte à definição do geógrafo, precisa ser entendida a partir de uma relação de diferença e contiguidade entre os conceitos de lugar e espaço. Isso se aplica porque, ao contrário do espaço, o lugar denota uma relação de afeto.

Nessa linha, também podemos recorrer à diferença entre local e lugar estabelecida por Santos (2002), que relaciona “local” a uma noção cartográfica, usada para apontar onde está alguém ou algo; o “lugar”, por sua vez, possui uma localização no espaço e é onde o local está contido, mas é algo além disso. O lugar é definido culturalmente. Assim, o lugar é originado na tensão entre a objetividade da sua dimensão material e a subjetividade de sua dimensão abstrata composta pelos símbolos e pelos significados atribuídos pelas pessoas que nele vivem. Mas a própria significação responde à organização material do lugar e isso nos exige refletir sobre a coadunabilidade dessas dimensões.

O espaço, então, torna-se lugar quando se traduz em intimidade e, conseqüentemente, em um produtor de afeto para alguém ou um grupo social. Recorremos novamente a Tuan (1983) para explicar que “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Assim, os referenciais, a vivência e a experiência do grupo é que vão estruturar a porção do espaço que, ao ser significada, será concebida como um lugar.

Considerando questões voltadas ao mundo globalizado, Doreen Massey (2000) entende que a análise de um lugar deve ter como princípio a relação com outros lugares.

Nessa perspectiva, o lugar deve ser pensado por um viés progressista, permitindo sua adaptação aos novos desenhos das configurações contemporâneas. A autora propõe uma “interpretação alternativa do lugar” (MASSEY, 2000), à qual as especificidades locais são garantidas no conjunto das relações sociais presentes nas constituições dos lugares. Para Massey, o lugar deve ser pensado a partir de um sentido “não fechado” e não defensivo, mas voltado para fora. “Um sentido de lugar que se adapte a essa era de compressão de tempo-espaço” (MASSEY, 2000). Para ela, é insuficiente a interpretação de que as mudanças nos lugares é fruto exclusivo das ações do capital. A autora também considera insuficiente a compreensão de que o capitalismo e seu desenvolvimento é que determinam nossa compreensão e experiência dos espaços. “Há muitas outras coisas que influenciam claramente essa experiência” (MASSEY, 2000). Não se trata de negar que a aceleração atual seja significativamente determinada pelas forças econômicas, mas de não atribuir apenas à economia a determinação da experiência de espaço e lugar nos tempos atuais.

Milton Santos, através de suas críticas aos espaços de globalização, aparta o global e o local. Para Santos (2012), o cerne dessa separação é que, ao contrário da razão global que é alheia ao cotidiano, a razão local é orgânica e, por isso, abarca parâmetros de colaboração, vizinhança e relações sociais. Em linhas gerais, Santos (2012) entende que o lugar, sede das experiências cotidianas, é a base das resistências sociais.

Em que pese toda dialética que envolve os marcos teóricos relacionados às questões desta investigação, urge descrever algumas concepções adotadas por nós, a fim de nortear as discussões que serão apresentadas.

O termo globalização será tomado pela definição de Giddens (2015) que o entende como um grande aumento das relações sociais em escala mundial que resulta na influência nos acontecimentos locais numa repercussão em espaços e tempos distantes. Há, por assim dizer, um encadeamento entre as ações, ou seja, interconexões entre as dimensões global, local e cotidiana. Para o sociólogo, essa ressonância está intimamente ligada à economia, na chamada globalização econômica, ou globalização da economia mundial. No entanto, Giddens também entende o fenômeno da globalização pelo viés da natureza política, tecnológica e cultural, sempre demarcando a influência e o papel dos sistemas de comunicação, em significativa expansão desde o fim da década de 1960.

Por conseguinte, à ideia de globalização, traremos à discussão deste estudo o termo *glocalização*, atendo-nos ao pensamento de Robertson (1992), para o qual há um entrosamento, uma interpenetração entre o local e o global que se dá através de um processo denominado *glocal*. Para esse autor, a globalização representa uma conexão entre o local e o global, permeada por um conjunto de transmutações na vida cotidiana.

À nossa ótica, a globalização é um processo cujas consequências resultam em uma *glocalização*. Entender esses fenômenos como positivos ou negativos vai depender do ponto de vista da análise e das perspectivas daquilo que se entende por progresso, identidade, cultura, ambiente, modo de vida e tantas outras questões e desdobramentos ideológicos.

Cabe-nos, pois, abrir uma discussão em torno de uma microfísica da globalização e interpretar como uma pequena aldeia de pescadores (lugar, local, comunidade) interatua nesse processo. Diante disso, e mesmo diante de compreender o local e o global como uma questão dialética, duas acepções são necessárias ao nosso bloco conceitual: território e desterritorialização (HAESBAERT, 1994). Em confluência com a ideia de lugar como espaço vivido definido por Tuan (1980), território é compreendido neste estudo em seu aspecto mais humanista, concebido a partir das relações que envolvem um grupo em dinâmicas socioespaciais de pequena escala. Assim, o território, carregado das marcas do vivido, tem um sentido simbólico e, nesse sentido, não distinguimos, para efeito do que chamamos de desterritorialização, os conceitos de lugar e território, ambos aqui compreendidos como espaço significado por referências pessoais e um sistema de valores que guiam as percepções., marcado pela topoafetividade, neologismo que abarca duas expressões afetivas que os grupos sociais podem ter em relação aos lugares: a topofilia, que suscita uma relação de carinho com um lugar, e o seu oposto, a topofobia, que sugere aversão a um lugar. Assim sendo, embora antônimos, topofilia e topofobia coexistem na abrangência da topoafetividade.

Destarte, a desterritorialização em pauta vincula-se à hibridização cultural e àquilo que torna tênue o reconhecimento de identidades. E o objeto de nossa questão central é exatamente o desaparecimento e/ou a reorganização e/ou transformação e/ou a diminuição desses vínculos. A esses movimentos afetivos chamamos de desterritorialização, movimentos aparelhados por um processo circundante denominado globalização. Não obstante, para estabelecer as bases conceituais de nossa discussão, entendemos pertinente inserir o pensamento de Haesbaert (1994, p. 214) que não dissocia des e reterritorialização. Para o geógrafo, “mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo”. Por este prisma, a desterritorialização não é estanque, uma vez que precisa ser compreendida concomitantemente a outros processos. Portanto, nosso estudo investigativo acerca da desterritorialização não se fecha à ideia de que todo afastamento de vínculos topoafetivos pode trazer consigo uma reconfiguração desses vínculos em diferentes formas e espaços.

Adiante, caracterizaremos o grupo social e apontaremos matizes em seu sistema de relações sociais, a fim de que seus traços que são, a um só tempo, afirmativos e distintivos, possam ser compreendidos na construção topofílica com a aldeia em que vivem.

O GRUPO SOCIAL – os atores do território

Nossos atores integram o grupo social dos pescadores da Boca da Barra. Para além dos que diretamente saem ao mar, esse grupo é composto por todos que compõem um sistema de relações sociais que abarca recorrentes interações entre pessoas, configurando relações estáveis, fixadas em interesses comuns, além de identidade grupal e afetos de pertença. Definidos por Rodrigues (2007) como “um processo orgânico onde as pessoas pertencem ao mesmo acordo porque se reveem nos mesmos princípios, sonhos e objetivos”, os afetos de pertença são construídos através de um acordo mútuo, apoiado na confiança, na honestidade e na coesão.

Nosso grupo especificamente estudado é formado por pescadores artesanais e seus familiares em um lugar que guarda, desde o início de sua atual conjuntura, laços de parentesco e familiaridade. Ademais, o grupo sempre teve a pesca como principal atividade na vida e, com pouquíssima escolarização. Os primeiros pescadores herdaram a profissão e tiveram os primeiros ensinamentos com seus pais.

O LUGAR (TOPO) COMO LEGÍTIMADOR DE AFETOS E DAS MARCAS DE UM GRUPO SOCIAL

Entendemos por topoafetividade um processo temporal e espacial construído por meio de uma diversidade de interações sociais. Ela é coletiva à medida que caracteriza um grupo social e se constitui em um sistema que possibilita que os membros compartilhem atitudes, comportamentos e crenças. A base da identidade cultural está ligada à ideia de “pertencimento” e à abrangência do modo de vida de um grupo. Por esse viés, é necessário compreender cultura como uma relação de marcas identificadoras e diferenciadoras entre coletividades. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) reafirma na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), a cultura

[...] como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma comunidade ou grupo social e que abrange, além

das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos sociedade, os sistemas de valores, as tradições e as crenças¹.

E é na ação realizadora desses traços distintivos que cada indivíduo de um grupo social, ao mesmo tempo, precisa se identificar como um membro único e assegurar-se de que é mantenedor das marcas caracterizadoras desse grupo. Preferências, valores e necessidades individuais são autenticadas ao passo que também corroboram a construção de uma coletividade representativa dos elementos distintivos de um grupo social.

Meneses (apud BOSI, 2006, p.182) problematiza o conceito de identidade cultural a partir de uma ambiguidade entre a ideia de reconhecimento e a ideia de legitimação social. Assim, no primeiro caso, “o conceito de identidade implica semelhança a si próprio, formulada como condição de vida psíquica e social”. O reconhecimento sobrepõe-se, portanto, ao conhecimento e o novo é visto como ameaça. No segundo caso, associado pelo autor à concepção da Sociologia e da Antropologia, a identidade cultural pessoal ou social, é socialmente atribuída, socialmente mantida e só socialmente pode ser transformada. Dessa maneira, os valores e significações precisam de legitimidade social.

Partindo do pensamento de Hall (1999), entendemos que a identidade cultural é a representação de um conjunto de sentidos construídos e que estão em constante reconstrução, ou seja, não são estáticos, sendo, por isso, temporais e espaciais. Não obstante à temporalidade e à espacialidade, esses sentidos influenciam e organizam as ações dos membros dos grupos sociais. Assim é que compreendemos a identidade cultural como algo que se modifica na medida em que os sujeitos de uma coletividade são interpelados pelo social e respondem com suas marcas de reconhecimento. Nesse processo, há uma tensão responsável pela reescrita das marcas identitárias.

De modo mais amplo, identidade cultural em nosso trabalho atrela-se à concepção de pertencimento a um grupo. Nessa mesma direção, marcas identitárias dizem respeito aos traços que dão o teor de singularidade a um grupo social em relação a outros.

Retomando à ideia de indissociabilidade entre natureza e cultura, em seguida faremos a descrição da Boca da Barra por seus marcos espaciais, aparelhamento físico e pelos ordenamento legais. Não obstante, essa descrição torna acessível a compreensão desse entrelaçamento físico e cultural, a despeito das novas imposições e fricções feitas ao grupo e ao lugar.

A BOCA DA BARRA FÍSICA

¹ Definição conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998).

| Cezar Augusto Rufino de Santa Ana |

Segundo o Código de zoneamento de Rio das Ostras (PMRO, 1996), a Boca da Barra fica na Zona Residencial 2 (ZR2), área urbana do município. Seu formato é de uma faixa estreita que começa na Ponte de Sales Ferreira, uma ponte de madeira exclusiva para pedestres, e termina na Praia do Cemitério. Essa ponte encontra-se sobre a junção da foz do Rio das Ostras com o mar e o Manguezal da Boca da Barra, uma Área de Proteção Ambiental (APP), criada pela Lei Complementar 005/2008, do Código Municipal de Meio Ambiente de Rio das Ostras.

Figura 1 – Fotografia da Ponte Sales Ferreira com o manguezal da Boca da Barra à direita e a foz do Rio das Ostras à esquerda.



Fonte: Próprio autor, 2013.

Após a ponte Sales Ferreira, inicia-se, por um lado, a praia da Boca da Barra e, por outro, a Rua Teresópolis. A praia da Boca da Barra tem cerca de apenas 100 metros de comprimento e termina na Praia do Cemitério. Na Praia da Boca da Barra fica o píer Francisco Lima Campos, o “Chico Campos”, o principal ponto de embarque dos pescadores da Boca da Barra. Também na Praia da Boca da Barra fica a “amendoeira”, tradicional espaço de encontro dos pescadores, principalmente nos fins de tarde. A 100 metros do final da Ponte Sales Ferreira há uma bifurcação. Somente o lado direito (Rua Teresópolis) continua sendo parte da Boca da Barra, configurando uma extensão de mais 200 metros, que vai até a Capela Nossa Senhora de Lourdes, onde termina o espaço físico do bairro. A vegetação da encosta da colina destaca-se no entorno da Boca da Barra. Da praia podem ser avistadas as ilhas “Do Coqueiro Só”, “Trinta Réis” e “Quinze Réis”, além do Morro do Limão. Em termos de espaço físico, a Boca da Barra é hoje o menor bairro de Rio das Ostras.

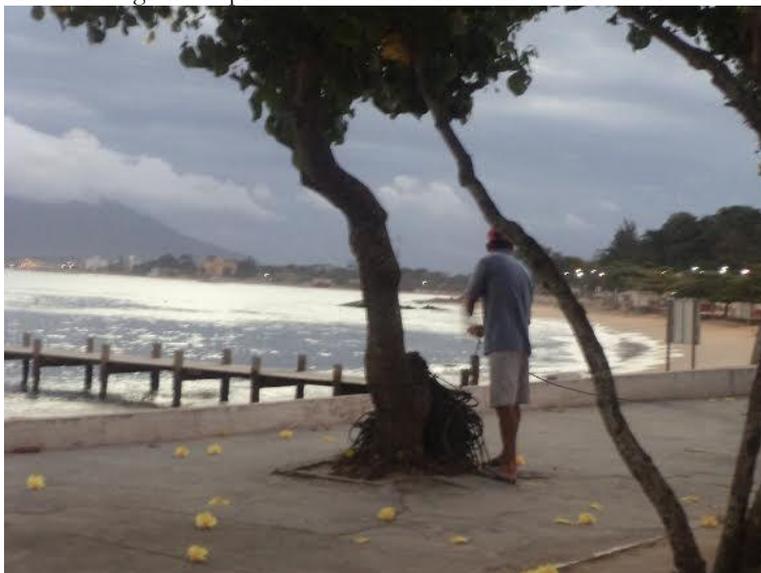
| Cezar Augusto Rufino de Santa Ana |

Figura 2 – Fotografia da Praia da Boca da Barra



Fonte: Próprio autor, 2013.

Figura 3 – Fotografia da praia da Boca da Barra com o centro da cidade ao fundo



Fonte: Próprio autor, 2013.

Ao longo da Boca da Barra é facilmente perceptível a ligação do lugar com a atividade pesqueira. Redes estão espalhadas pelo chão em quase toda extensão do lugar. É constante a presença de antigos pescadores entalhando redes à beira das calçadas. Além disso, há desenhos de barcos pintados em vários muros. Os próprios barcos ancorados na praia da Boca da Barra marcam essa ligação. Em dias de verão, crianças e adolescentes saltam dos barcos que lhe servem como trampolins. Não por acaso, o bairro concentra, quase que na totalidade, as peixarias da cidade e os restaurantes usam, como principal estratégia de venda, o peixe como especialidade em seus cardápios.

Como poderemos ver adiante, os marcadores do grupo são naturalizados no cotidiano do lugar. Podemos observar também que esses marcadores transpassam a pesca

| Cezar Augusto Rufino de Santa Ana |

em si, pois se traduzem em uma simbologia afirmativa e intensificadora dos traços do grupo.

Figura 4 – Fotografia da Rua Teresópolis, Boca da Barra. Pescador entalhando rede a calçada.



Fonte: Próprio autor, 2013.

Figura 5 – Fotografia de Barco pintado no muro, mostrando a ligação do lugar com a pesca.



Fonte: Próprio autor, 2013.

Figura 6 – Fotografia de Redes na calçada e barcos na foz do Rio das Ostras.



Fonte: Próprio autor, 2013.

| Cezar Augusto Rufino de Santa Ana |

Figura 7 – Fotografia de Muro pintado em homenagem a antigo pescador.



Fonte: Próprio autor, 2013.

Figura 8 – Fotografia de Parede de bar na Boca da Barra: desenho da Praia da Boca da Barra.



Fonte: Próprio autor, 2013.

Para a compreensão de nossa pesquisa é fundamental entender o contexto de crescimento populacional e de urbanização da cidade de Rio das Ostras. Foi nessa conjuntura que se desenharam os processos de fragmentação do convívio e desterritorialização simbólica da aldeia.

A OCUPAÇÃO URBANA DE RIO DAS OSTRAS

Em 1950, segundo dados do IBGE (2000) sobre a cidade de Rio das Ostras, 2.488 pessoas viviam na zona rural, enquanto 621 viviam em toda a área urbana. A base dessa população urbana concentrava-se na Boca da Barra em torno do grupo social de pescadores.

Em 1970, a população rural já girava em torno de 5.600 habitantes, ao passo que 1.067 viviam na área urbana. Contudo, somente na década de 1990, inicia-se a efetiva ocupação da cidade. Nesse período, parte do mangue, localizado na Boca da Barra, já havia sido aterrada, facilitando a construção de casas.

Observando um cenário de grande inversão entre a ocupação urbana e a ocupação rural, em 1996, a cidade de Rio das Ostras abrigava 7.850 domicílios particulares, dos quais 7.364 pertenciam à zona urbana. Em 2000, o número de domicílios passou para 10.571 e, em 2007, esse número subiu para 24.053, ou seja, houve um acréscimo de quase 13.500 domicílios em sete anos (IBGE, 1996; 2000; 2007).

Hoje inserido em um contexto que abriga simultaneamente o turismo e a indústria, o município de Rio das Ostras apresentou no último censo demográfico brasileiro um grande aumento de moradores. Entre os anos 2000 e 2010, a cidade teve um crescimento populacional de 190,4% (IBGE, 2010). Esse índice foi ainda maior em comparação aos dez anos anteriores, uma vez que entre 1991 e 2000, o crescimento populacional da cidade foi de 100,16% (IBGE 2000). Com aproximadamente 28 mil habitantes em 1996, Rio das Ostras chegou, em 2013, a uma população de 122.196, segundo dados da prefeitura de Rio das Ostras (PMRO 2018), a partir de estratificação baseada no Censo Demográfico 2000. Em 1950, a população residente contabilizava apenas 2.488 habitantes na zona rural e 621 na área urbana (IBGE, 2000).

Pela sua proximidade com destinos veranistas, como Búzios e Cabo Frio, e por suas belezas naturais, Rio das Ostras deve o início de sua formação urbana ligada ao fato de ter-se tornado destino de muitos veranistas a partir da década de 1950. Fato significativo para isso foi a construção da Rodovia Amaral Peixoto (RJ-106), nessa mesma década, o que facilitou bastante o acesso de pessoas oriundas da capital.

A partir das últimas décadas do século XX, acompanhando o processo ocorrido em todo o Norte Fluminense, significativas mudanças, decorrentes da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, incidem sobre Rio das Ostras. Uma delas foi a participação na distribuição dos *royalties*, subsídio responsável pelo dinamismo econômico, pela redistribuição do interior rural do Norte e Noroeste Fluminense, que promoveu grande fluxo migratório das áreas urbanas dos municípios costeiros, e pela formação de novos municípios. A própria Rio das Ostras, então distrito de Casimiro de Abreu, foi emancipada em 1992.

Além disso, outros fatores bastante relevantes ao processo de ocupação da cidade são: a construção da ponte Rio-Niterói; o IV Concurso Público da Prefeitura Municipal de

Rio das Ostras, com grande repercussão nacional, chegando a ter 63 mil inscritos; o aumento do fluxo comercial e a especulação imobiliária em Macaé.

Nessa conjuntura, Rio das Ostras sai de um cenário em que cerca de 5.600 dos 6.667 habitantes do município (IBGE, 2010), ou seja, aproximadamente 84% da população, vivia na zona rural, em 1970, para chegar a uma taxa de urbanização de 94,9% em 2000 (CIDE, 2000). A população estimada em 2018 é de 145.989 pessoas (IBGE, 2018)

ANÁLISES E INTERPRETAÇÕES

O expressivo e contínuo aumento populacional a partir da emancipação do município em 1992 contribuiu efetivamente à configuração de um novo cenário no lugar dos pescadores. Evidentemente que esse novo cenário resulta em novas formas de organização cultural e social, uma vez que se ampliam as trocas intergrupais, ao mesmo passo em que, acompanhando um processo de profundas alterações econômicas no município, os pescadores também se inscrevem de maneira diferente no “novo mundo” que lhes foi apresentado, ora ajustando-se, ora resistindo às mudanças, empenhando-se na manutenção de características da tradição do grupo, o que chamamos aqui de persistência.

A MOLA PROPULSORA DAS MUDANÇAS

Embora não únicas, as mudanças econômicas foram as grandes responsáveis por um encadeamento de ações que propulsaram um substancial aumento nas interconexões dos pescadores da Boca da Barra com outros grupos sociais. As relações cotidianas estenderam-se a outros espaços e lugares, a partir do crescimento da importância do capital no estilo de vida do grupo social, gerando grande reorganização na dimensão local. A influência da economia do entorno na aldeia de pescadores pode ser comparada, nas devidas proporções, à globalização econômica. É óbvio que no contexto específico da cidade de Rio das Ostras (o “global” da aldeia) o crescimento populacional extremo é indissociável do aumento da importância do capital. Essas duas coisas estão superpostas.

Em linhas gerais, entendemos que as pressões exercidas pelo meio social e pelo grande fluxo de pessoas, provocado pelo crescimento populacional contínuo, foram responsáveis pelo estabelecimento de uma crise nas formas de organização do grupo. Além disso, esses fatores trouxeram a incorporação de novas concepções sobre o mundo e impulsionaram mudanças e adaptações nos padrões tradicionais. O contato com pessoas oriundas de espaços urbanos mais envolvidos por um modelo de economia monetária fez

com que o grupo de pescadores ampliasse seu olhar e sua imaginação para o lado oposto ao mar. Novas tecnologias e produtos até então pouco conhecidos transformaram-se em objetos de desejo. O dinheiro foi progressivamente ganhando cada vez mais importância para o grupo que, nos últimos 50 anos, deixou de pertencer a uma pequena aldeia de pescadores para ser inserido num bairro urbano, no centro de um município com grande explosão demográfica que trouxe consigo a valorização imobiliária e a gentrificação. No novo jogo monetário muitos pescadores venderam suas casas e migraram para lugares mais distantes da cidade.

O plano econômico é, portanto, o ponto central desse novo contexto de alterações no grupo social dos pescadores. A penetração de novos bens de consumo, além da maior proximidade na relação entre o pescado e o dinheiro, desencadeou uma forma de organização social mais dinâmica. No bojo desse dinamismo, as novas necessidades ampliaram os vínculos com pessoas de outros grupos: veranistas, turistas e residentes de outras áreas, que iam diretamente comprar o peixe e frequentar o comércio de bares que crescia em consonância com o romantismo bucólico do lugar.

A cidade deixou progressivamente de ter a Boca da Barra e o seu entorno como centros únicos de povoamento. Esse processo afastou os pescadores de sua cultura de subsistência – na qual o pescado era usado parte para consumo, parte para troca com produtos oriundos da zona rural do município. Com essa mudança, ou seja, com o abandono de um modo de vida com pouca circulação de capital para um modelo comercial voltado à captação do dinheiro que subsidiasse suas recém-adquiridas necessidades de consumo, ocorreu a perda de uma quase totalitária autonomia comercial, o que estreitou a relação desse grupo social com um modelo de economia que foi gradativamente sendo generalizado. Isso não significa, entretanto, imediato e expressivo aumento de dinheiro corrente entre os pescadores. Ao contrário, o que ocorreu foi um desequilíbrio entre o valor do produto de seu trabalho e o valor dos novos produtos que passaram a desejar na esteira das interações sociais – inclusive com os meios de comunicação. Em um primeiro momento, a cena estabelecida era a de um pequeno grupo social (com pouca interatividade com outros grupos e com pouco conhecimento da comercialização através do dinheiro) que passou a vender, e não mais trocar, o produto do seu trabalho – quer seja diretamente a um maior número de veranistas, quer seja às primeiras peixarias ou aos primeiros atravessadores que surgiram no rastro desse contexto.

A valorização da economia moderna dos bens de consumo, que passaram a ser desejados pelos pescadores, representou desigualdade na balança comercial da economia do grupo. Essa disparidade e o concomitante aumento de casas de veraneio na cidade

remeteram os pescadores à busca de “biscates”, na tentativa de uma captação maior e mais rápida de dinheiro. Eram, em geral, trabalhos braçais ligados à prática da jardinagem. Isso significou para o grupo uma primeira “abertura de mercado de trabalho”, uma vez que, até então, reconheciam na pesca a única forma, ainda que modesta, de gerar dinheiro.

Os esporádicos serviços fora do mar estavam longe de representar qualquer inserção dos pescadores em um padrão trabalhista mais formalizado. Tampouco se constituíram na reparação da balança desigual entre a receita de dinheiro e o custo de novos produtos. Mesmo na construção civil, que no rastro de grande crescimento populacional se transformou em significativo mercado de trabalho, os pescadores não estavam confortáveis, porque suas experiências foram concebidas ainda nas casinhas de estuque com barro e folhas de pindoba, tudo isso retirado dos recursos naturais da Boca da Barra.

Outras formas de empreendimento no mercado pesqueiro, realizadas externamente, colocavam os pescadores da Boca da Barra em desvantagem. Mesmo em relação às colônias de lugares mais próximos como Macaé, Barra de São João e Cabo Frio, os pescadores da Boca da Barra tinham significativo atraso técnico e comercial. As técnicas ainda rudimentares não possibilitavam um quantitativo de peixes que pudesse atrair o escoamento de investidores com pujança nesse mercado. A necessidade de uma nova concepção financeira instaurou a crise no grupo social dos pescadores porque, em primeira instância, colocou uma geração de pescadores que tinha todo o seu conhecimento voltado para a pesca, sua única possibilidade de trabalho, frente a um novo modelo de economia em que o pescado – não só como produto, mas também pelo seu volume e pelo tamanho do seu mercado consumidor local – tinha bem menos valor do que os bens de consumo necessários a uma nova configuração econômica.

O tempo, ocupado muitas vezes em rodas de conversa, foi sendo tomado pela necessidade de ganhar dinheiro. O ritmo de trabalho foi alterado. Aumentaram o tempo e a distância percorrida no mar. Passavam em média três horas no mar em momentos alternados durante o dia, mas é preciso considerar que boa parte desse tempo representava um hábito de lazer e convivência. Pescavam em canoas de remo e não passavam de três milhas da terra. Esse tempo e distância aumentaram progressivamente, variando de três a sete milhas até meados dos anos 70, quando o tempo de permanência no mar variava de duas a quatro horas. Hoje, a distância mínima para se pescar é de 10 milhas adentro e o tempo médio é de nove horas.

Com o advento da apreciação de novos produtos e maior necessidade de dinheiro, o tempo livre passou a ser uma constante busca por formas alternativas de recebimento. As

necessidades econômicas passaram a estabelecer a frequência de trabalho dos pescadores. Assim, não só a organização grupal, mas também a familiar foi alterada. As mães pescadoras passaram a frequentar o comércio fora da Boca da Barra e as famílias se reorganizaram em busca de comercializar peixes e bebidas na praia, que passou a ser frequentada majoritariamente por pessoas de fora da Boca da Barra.

As relações sentimentais da segunda geração não ficaram mais restritas às pessoas da Boca da Barra e isso representou a inserção de pessoas oriundas de outros grupos, ou seja, sem a vivência no “universo” da pesca e do lugar. Entre as mulheres houve significativa redução do tempo de convivência, porque sua atividade principal, a de salgar o peixe, foi gradativamente desaparecendo. A prática de entalhar redes, bastante ligada a elas, também desapareceu ao longo desses anos. A aprendizagem da pesca para seguir a profissão familiar tradicional deixou de ser um hábito natural dos filhos que passaram a fazer seus projetos de futuro para além da Boca da Barra, passando mais tempo fora, em busca de novas oportunidades. As meninas deixaram de acompanhar as mães na atividade de salgar o peixe. Se os homens da primeira geração se casaram com filhas de pescadores, o mesmo não aconteceu com os da segunda geração.

Tuan (1983) afirma que “a amplitude da experiência ou conhecimento pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos”. Assim, os saberes e fazeres humanos são atribuidores de significados e (re)organizadores das paisagens e dos símbolos presentes. Mediam, portanto, o mundo interior e o mundo exterior.

Não há reprodução social do trabalho de pescador na Boca da Barra. Assim, as ações dessa atividade que desencadeavam as narrativas e o cenário simbólicos deram origem a outras formas simbólicas. Mas sobre a tradicional e as reconfigurada simbologia uma coisa não foi alterada e serve como grande elemento de ligação entre a desterritorialização e a reterritorialização simbólica dos pescadores: A indissociabilidade entre natureza e cultura. A crise instaurada entre os pescadores, embora tenha modificado a relação com o meio ambiente físico, não representou a fragmentação entre natureza e cultura. Ainda que os significados se tenham alterado ou ajustado, o meio físico continua sendo para eles um composto entre o natural e o social. Mesmo que o aumento do ritmo de trabalho tenha tornado a relação entre o grupo e o meio mais monótona e menos prazerosa, natureza e cultura para eles continuou sendo uma única realidade. A natureza está presente na vida dos pescadores numa largueza que vai do espaço físico ao rito.

A Festa do Padroeiro é, desde sempre, a maior representação simbólica dos pescadores. Por si, ela é o maior exemplo dos deslocamentos simbólicos gerados pelas alterações econômicas no seio do grupo. Mas se por um lado, a micro globalização gerou o

desfazer, e a resiliência, entre todos os aspectos, se manifesta mais intensamente no refazer simbólico.

De toda simbologia do grupo dos pescadores, a Festa do Padroeiro, é a mais representativa porque envolve o maior número de relações sociais. Por outro lado, é nela que a desterritorialização simbólica pode ser sentida. Aquilo que antes envolvia, até mesmo para além das crenças, diretamente a totalidade do grupo, agora ficou restrito a uma parte reduzida de idosos. Acompanhar a procissão marítima de São Pedro, em 29 de junho, é pedir peixe e proteção, mas também manter a tradição de um evento intimamente ligado à história cultural do grupo. Funciona como um acontecimento simbólico que serve para expressar sentimentos e características do convívio social.

Mas o deslocamento pode ser sentido de diversas maneiras. A ausência dos jovens e de pessoas de meia idade em função de trabalharem fora da Boca da Barra, ou estarem envolvidas em outros afazeres. A diminuição do número de barcos também é significativa. Neste contexto, também entra um novo fluxo interpretativo, pois o que antes era compreendido, sobretudo, como um marco identitário, passou a ser visto pelo viés religioso para muitos evangélicos, em que pese a presença de alguns na Festa. Entretanto, a interação com outros espaços da cidade promoveu a maior incidência de pessoas não pertencentes ao grupo social. São pessoas que vêm por questões religiosas, pelo aspecto místico, ou mesmo pela curiosidade.

Á GUIA DE CONCLUSÃO: o lugar, o passado e o futuro

Concluimos nossas interpretações fazendo correlações entre o passado e o futuro. Nesse movimento circulam os episódios dessa narrativa de alterações – sejam por desaparecimentos ou adaptações geradas na persistência.

A Boca da Barra representava em absoluto o território (lugar) do grupo. Ali estavam isoladas as características da identidade, as exclusividades e ali se demarcavam os limites do grupo. A mediação praticamente inexistia. O entorno marcava a diferença. Hoje, a Boca da Barra serve de suporte para as relações entre diversos espaços da cidade que também são suportes de uma rede. Se tomarmos a ideia de globalização podemos observar que o lugar dos pescadores foi transformado em um espaço funcional no “todo-cidade”. O que se pode observar em grande escala através da ampliação da divisão internacional do trabalho, também pode ser visto na Boca da Barra pelo grande aumento das interações com pessoas de outros espaços, e pela aceleração do tempo que descaracteriza toda a estabilidade social. A despeito disso, ainda se pode distingui-la por sua coerência funcional.

Mesmo que o que podemos compreender como um subespaço da cidade, ainda há um recorte territorial movido menos pelo ofício da pesca em si, mas pelos símbolos reconfigurados nos processos de alterações e persistências. O grupo social dos pescadores da Boca da Barra não escapou da fragmentação e da regionalização que lhe deu ares de universalidade, mas dentro desse contexto, permanece seu processo histórico que serve como forma de resistência por sua totalidade. A propósito, os eventos que mudaram a simbologia do lugar agiram sobre e sob uma história em movimento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto Armando Ramos de. **Os filhos da flecha do tempo: pertinência e rupturas**. Brasília: Letraviva, 2000.

ANA, Cezar Augusto Rufino de. **O lugar como aquarela de natureza e cultura: a topoafetividade dos pescadores da Boca da Barra, em Rio das Ostras, RJ**. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Macaé, 2014.

BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações**. São Paulo: Ática, 2006.

GIDDENS, Anthony e Philip W. Sutton. **Conceitos Essenciais da Sociologia**. São Paulo: UNESP, 2015.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 5., 1994, Curitiba. **Anais...** Curitiba: AGB, 1994. p. 206-214.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Características da População e dos Domicílios. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2013.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Características da População e dos Domicílios. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 26 nov. 2013.

_____. **Contagem Populacional 1996**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. **Contagem Populacional 2007**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 nov. 2013.

_____. **PNAD 2013**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2013.

_____. **Rio das Ostras 2018**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-das-ostras/panorama>>. Acesso em: 19 set. 2018.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio A. **O espaço da diferença**. Campinas: Ed. Papirus, 2000. p. 176-185.

RIO DAS OSTRAS. **Estratificação populacional referente aos anos de 2011 a 2013 baseada no Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.riodasostras.rj.gov.br/dados-municipais>>. Acesso em: 19 set. 2018.

_____. **Lei Complementar n.º 004/2006**. Dispõe sobre o Plano Diretor, o sistema e o processo de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano do Município de Rio das Ostras, 2006.

_____. **Lei Complementar n.º 007/2008**. Revoga as Leis 194/1996 e 719/2002 e institui o Zoneamento Geofísico do Município de Rio das Ostras, 2008.

_____. **Lei Municipal n.º 1298/2008**. Estabelece o zoneamento na Área de Especial Interesse para o Meio Ambiente (AEIMA) do Município de Rio das Ostras, 2008.

ROBERTSON, Roland. **Globalisation. Social theory and global culture**. Londres: Sage, 1992.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Espaços de turismo e de lazer urbano – uma leitura geográfica. **Revista Aportes y Transferências**, v. 1, 2007.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980.